

Só 14 deputados aparecem para trabalhar

Depois de garantir o recebimento de 15 salários por ano, parlamentares abandonam Brasília e esvaziam plenário em sessão convocada para a votação de medidas provisórias

CLÁUDIA CARNEIRO

BRASÍLIA — O vazio tomou conta do Congresso ontem, depois de aprovados os 15 salários anuais no valor de R\$ 8 mil que irão para o bolso dos parlamentares a partir de fevereiro. Dos 503 deputados, apenas 14 passaram pelo plenário durante a sessão da manhã de ontem convocada pelo presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), para tentar votar as medidas provisórias do governo que estão empilhadas no Congresso. Apesar do salário (bruto) de R\$ 4 mil e da bonificação de R\$ 2,4 mil ganha pelos parlamentares pela convocação extraordinária de janeiro, as 64 medidas provisórias que aguardam votação deverão esperar pela reabertura dos trabalhos do Legislativo, que só voltará a funcionar em fevereiro.

De acordo com o decreto que instituiu os novos salários dos parlamentares, cada congressista terá direito a receber R\$ 32 mil no mês de fevereiro. Isto porque todas as MPs com prazo de vencimento até o final

de janeiro deverão ser reeditadas pelo governo e entrarão na agenda de trabalho dos novos mandatários. Assim, os parlamentares, que só começariam a trabalhar em 15 de fevereiro, ficam obrigatoriamente convocados a apreciar as medidas na primeira quinzena do mês. Esta convocação por impositivo constitucional assegura a deputados e senadores ajuda de custo no início e final do ano, cada uma equivalente a um salário de R\$ 8 mil. Além da remuneração mensal, os parlamentares também passam a receber mais um salário como ajuda de custo para despesas com a mudança de residência.

Com tantos benefícios para justificar a presença dos parlamentares em Brasília, o presidente da Câmara está disposto a cancelar o pagamento da convocação extraordinária,

que renderia aos parlamentares R\$ 16 mil. Segundo Inocêncio, os deputados, que estarão em Brasília para a posse no dia 1º de fevereiro, poderão estender sua permanência na capital até o início da sessão legislativa, no dia 15, para votar as medidas provisórias. "Já que a reedição das MPs obriga a convocação dos parlamentares no dia 3, e eles já receberão uma ajuda financeira para se deslocar com suas famílias, não se justifica o pagamento de mais duas ajudas de custo", disse Inocêncio.

Antes de deixar o cargo, no dia 2, o presidente da Câmara prometeu deixar pronto um ato da Mesa cancelando o pagamento pela convocação. Mesmo com a decisão de Inocência, entretanto,

os parlamentares terão direito a R\$ 16 mil, trabalhem ou não no mês de fevereiro.

Inocêncio de Oliveira não quis comentar a declaração do presidente Fernando Henrique Cardoso, que afirmou considerar "um escândalo" a aprovação dos 15 salários anuais dos próximos mandatários.

VOTAÇÕES
EXTRAS VÃO
PERMITIR
MORDOMIAS
ATÉ O ÚLTIMO
DIA DO
MANDATO

Dida Sampaio/AE



Deserto: apesar da convocação, o plenário da Câmara ficou praticamente vazio durante a manhã